



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana.

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DA MORADIA DIGNA: UMA EXPERIÊNCIA NO RESIDENCIAL LAGOA QUENTE II, NO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS (GO)

Marcos Paulo Teodoro¹

Resumo: O presente relato de experiência busca apresentar a atuação do Assistente Social como Responsável Técnico (RT), no Residencial Lagoa Quente II, no município de Caldas Novas (GO). O principal objetivo é descrever o trabalho na política de habitação de Interesse Social, mais especificamente na efetivação do Projeto de Trabalho Técnico Social, PTTS, e, contribuir para o debate da atuação deste profissional e enriquecer a formação de forma crítica e emancipatória na Política de Habitação como espaço sócio ocupacional do Serviço Social. Dessa forma o P.T.T.S. envolve aspectos como a qualidade do imóvel, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, a estrutura do bairro, a disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, convivência comunitária, capacitação profissional, entre outros.

Palavras-chave: Serviço Social; Política de Habitação; Atuação Profissional, Projeto de Trabalho Técnico Social.

Abstract: The present experience report seeks to present the role of the Social Worker as Technical Responsible (RT)-, in the Lagoa Quente II Residential, in the municipality of Caldas Novas (GO). The main objective is to describe the work in housing policy of Social Interest, specifically in the implementation of the Social Technical Work Project, and to contribute to the debate of the work of this professional and enrich the training in a critical and emancipatory way in Housing Policy as social work occupational space. In this way P.T.T.S. involves aspects such as the quality of the property, water supply infrastructure, sewage, drainage, road system, neighborhood structure, availability of urban equipment and public services, community coexistence, professional training, among others.

KEY WORDS: Social Work; Housing Policy; Professional Performance, Social Technical Work Project.

1- INTRODUÇÃO

Em todos os espaços sócios ocupacionais, nos quais o Assistente Social atua, ele é orientado pelos princípios inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, pela Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a Profissão, e pelas diretrizes Curriculares da ABEPSS. Estes instrumentos direcionam a dimensão sócio-política que orienta a defesa da profissão e o engajamento com a classe trabalhadora em busca de um novo projeto societário (CFESS, 2012). O Serviço Social, hoje, incorpora um caráter técnico e ético-político fundamental ao bom desenvolvimento de atividades, tanto na esfera do governo, quanto da sociedade civil, e se afasta da ideia de assistencialismo, tendo como princípios fundamentais as três dimensões da profissão: teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa (ABEPSS, 1996).

¹ Profissional de Serviço Social. União Municipal Por Moradia Popular, Caldas Novas/Goiás. E-mail: mngo25@hotmail.com.

A falta de moradia digna, o aumento desordenado dos bairros, e conseqüentemente, o surgimento das favelas, é uma das expressões da questão social, relacionada à habitação. Assim, torna-se um dos novos espaços de atuação do Assistente Social. Nos anos de 1990 o debate sobre a atuação desses profissionais no âmbito habitacional ganha destaque.

Essa construção está ligada fortemente ao amadurecimento teórico-político da profissão e à constituição do Projeto Ético-Político profissional.

O interesse pelo tema surgiu em função da minha experiência como R.T. - Responsável Técnico- pela elaboração, aplicação, e pela efetivação do P.T.T.S. -Projeto de Trabalho Técnico Social- no Residencial Lagoa Quente II, no município de Caldas Novas/Goias.

Diante disso, o presente estudo apresenta como finalidade contribuir com o processo de discussão sobre a atuação do Serviço Social na política de habitação através do Relato de Experiência. Lembrando que a expansão de Caldas Novas (GO), principalmente nas décadas de 1980 e 1990, testemunhou um crescimento urbano incomum devido ao turismo que é a principal atividade econômica do município.

O referencial teórico para realizar esse trabalho, foi construído a partir de pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais como o Estatuto da Cidade, o P.T.T.S., o Plano Diretor de Caldas Novas, dentre outros, em uma perspectiva crítica, visando desvelar os elementos constitutivos e as contradições inerentes à política urbana. Os resultados obtidos a partir desta análise poderão ser subsídios a pesquisas futuras sobre o tema.

Durante a pesquisa observei que a cidade de Caldas Novas possui um crescimento totalmente desordenado e sem a devida fiscalização dos órgãos competentes, e isso, gera uma série de problemas de ordem ambiental, social e econômica.

Tendo em vista essa perspectiva, é importante ressaltar que os Assistentes Sociais, enquanto trabalhadores inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho, também experimentam em sua atuação profissional, as conseqüências das contradições presentes na relação entre capital e trabalho, isto significa que, “a experiência de maior ou menor alienação do/a assistente social como trabalhador/a da política urbana está diretamente vinculada à forma como o mesmo vivencia as condições e relações de trabalho”. (CFESS, 2016, p. 43).

2 – PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO: Breve histórico

Os programas habitacionais instituídos no Brasil, a partir dos anos de 1990, deixaram um vazio, marcado pela ausência de políticas públicas, capaz de responder, satisfatoriamente, as demandas da população, em especial, na área da habitação.

No Brasil, o processo de expansão urbana deu-se a partir da década de 1950 com o processo da industrialização. Até a década de 1940 a população brasileira era predominantemente rural (IBGE, 2010).

A partir de 1970, a situação se inverte. Atraídos pela oferta de mão de obra nas cidades que davam início ao seu processo de crescimento econômico, o homem do campo passou a habitar/morar na zona urbana, com a ideia de um ambiente que facilitaria os estudos dos filhos. A partir de então, ocorre o fenômeno chamado êxodo rural, que é a saída do homem do campo para fixar moradia nas cidades, visando melhores condições de vida. A população rural passou a decrescer rapidamente e a população urbana acelerou de forma significativa. Esse fenômeno de crescimento tem se tornado um dos principais fatores da expansão urbana.

A grande influência que as áreas urbanas exerciam é explicada não só pela natureza da economia, mas também pela evolução na busca dos principais serviços públicos, como hospitais, moradias, escolas, além de outros tipos de serviços. Por causa do processo de urbanização, a economia urbana subordina e transforma a economia rural, integrando a agricultura às necessidades do mercado urbano (MAGNOLI; ARAÚJO, 1996, p. 194 apud IBGE, 2007, p. 19)

Nas últimas décadas do século XX, a reorganização do modo capitalista de produção concorreu para uma mudança de paradigma. Todas essas transformações exigem e promovem, paralelamente, mudanças na rede urbana, ampliando papéis de cidades, sejam elas metrópoles ou cidades médias², em níveis e intensidades diferentes.

A partir da década de 1970, o processo brasileiro de urbanização alcança novos rumos, tanto na quantidade, quanto na qualidade, assim, desde a revolução urbana e demográfica, tivemos uma urbanização concentrada, com o crescimento do número de cidades com mais de 20 mil habitantes, mas foi apenas na década de 1960 que a população urbana superou a rural (Santos 1993).

É certo que as migrações definiram a tendência à concentração populacional nas grandes regiões metropolitanas. Ainda nessa década, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas, cuja oferta de emprego e de serviços como saúde, moradia, educação e transporte, eram maiores.

Todas essas mudanças econômicas contribuíram para o grande movimento migratório populacional do campo para cidades, caracterizando o intenso processo de urbanização da sociedade brasileira.

A concentração populacional nas grandes cidades brasileiras, na década de 1970, fundamentou a criação das regiões metropolitanas brasileiras, a partir da Lei Complementar nº 14 de 1973³.

² *Cidades médias*: pode ser considerada a cidade com uma população superior a 100 mil habitantes. Para melhor aprofundamento nesse tema, leia o artigo, de Claudia Heloiza Conte, *Cidades Médias: Discutindo o Tema*, disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/3516/2829/>>

³ Esta lei estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. In: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm>

O processo de urbanização se intensificou a partir de 1950, com os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. A industrialização promovida por eles, formou-se um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país. Na ditadura de Getúlio Vargas no ano de 1937 a 1945 com o Estado Novo, o lema era “que se racionalizem os modos de construção de modo a se obter pelo menor preço a melhor casa”,

Em 1964, cria-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) que passa a construir milhares de unidades habitacionais para a população de baixa renda, mas sem qualidade e com o intuito de “acalmar os nervos” da população.

As cidades brasileiras foram marcadas pelas desigualdades sociais e por muitas contradições, e carregam essas características até hoje, porém a população de baixa renda que é a maioria, sempre sofre com tais consequências. Maricato (2008) mostra que os problemas urbanos atuais estão enraizados em cinco séculos de história da sociedade brasileira, principalmente após a privatização da terra em 1850 e da emergência do trabalhador livre (1888).

A questão fundiária, que ocupou um lugar central nos conflitos vividos pelo país, no século XIX, se referia fundamentalmente ao campo. A **crecente generalização da propriedade privada** da terra, a partir de 1850, com a confirmação do poder político dos grandes proprietários nas décadas de 1888, se deram antes da urbanização da sociedade (MARICATO, 2008, p. 18).

Pode-se concluir então, que esses acontecimentos influenciaram na formação das cidades, incluindo a questão da expansão urbana. O planejamento urbano evita os problemas que ocorrem com as cidades que crescem rapidamente e não têm acompanhamento e fiscalização adequados.

Com a vinda dos imigrantes europeus, por causa do fim da escravidão, houve um aumento na utilização da mão de obra livre, porém o seu salário não era compatível com o preço das moradias, forçando os trabalhadores a ocuparem locais irregulares e sem infraestrutura.

Sendo assim, afirma Maricato (2008).

O crescimento urbano sempre se deu com **exclusão social**, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e **tem início o problema de habitação**. Quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria supostamente, se dar pelo mercado. (grifos nossos)

Toda infraestrutura pensada para o solo urbano, não contempla toda a população, transformando-se um problema habitacional e estrutural, entretanto, o espaço urbano sempre foi caracterizado como lugar de exclusão social.

Com isto, muitas pessoas construíam suas casas em áreas irregulares, isto é, não participavam do mercado hegemônico (MARICATO, 2008, p. 23).

Ocorreram várias modificações na cidade, mas, grande parte dessa não terá direito a alguns bens necessários para se viver com dignidade, como a moradia legal. Mesmo com vários problemas urbanos, desde a década de 1970, surgiram movimentos sociais urbanos, que deram um novo rumo na história dos movimentos sociais, que discutem tanto a condição de vida do morador, como a crítica ao sistema capitalista.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) protagonizou muitas vitórias como a criação do Fórum de Reforma Urbana na Constituição Federal, dentro do capítulo de Política Urbana, criando a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade. E em 2003 a criação do Ministério das Cidades.

Segundo alguns autores a criação do Ministério das Cidades foi um avanço importantíssimo na política urbana e nas políticas de habitação. Mas Rolnick (2011) viu essa inovação ameaçada em 2005 pela mudança na direção do Ministério das Cidades.

O movimento popular de moradia, desde que implantou o Estatuto da [...] desde a Constituinte apresentou um projeto de Lei [...] como o SUS da saúde. Um sistema estruturado nos três níveis, governo geral, com controle social, com transferência de recursos fundo a fundo, estruturando a área de desenvolvimento urbano, que nunca foi estruturada. (ROLNIK, 2011, p. 15).

Apesar destes avanços, a experiência brasileira confirma que conquistas formais legais, nunca serão suficientes. Muitos estudiosos afirmam que os capítulos 182 e 183 da Constituição Brasileira são autoaplicáveis e não exigem regulamentação. Sabemos que no Brasil “há leis que pegam e há leis que não pegam”, tudo depende do que se trata e de quem se trata, ou seja, tudo depende dos interesses em jogo. (MARICATO, 2008, p. 92).

Com a realização da 2ª Conferência Nacional das Cidades realizada em dezembro de 2005 em Brasília-DF, alguns avanços foram notados⁴, como a instituição de canais de participação popular, e a integração com outras políticas, que resultou na criação do Conselho das Cidades, e a aprovação das diretrizes para nova Política de Desenvolvimento Urbano.

A política urbana brasileira é recente, e o interesse do Estado em garantir melhores condições de vida para a população nunca foi prioridade. É notório que ainda existem desafios a serem superados, e a necessidade de se criar mecanismos de luta, pressionando o governo para criar condições para superar os problemas urbanos.

3- URBANIZAÇÃO EM CALDAS NOVAS/GO: Breves considerações

⁴ Nas Diretrizes Gerais da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, no **item 5**, se lê: Garantir a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. E no **item 8**, leia-se: Estabelecer diretrizes para a integração de políticas, planos e programas setoriais que abrangem o Desenvolvimento Urbano, bem como a sua articulação com políticas sociais, ambientais, econômicas, industriais e de infraestrutura. In: 2ª Conferência das Cidades- Caderno de Resoluções, 2015, 78 p.

A cidade de Caldas Novas é marcada com a chegada dos exploradores do século XVIII, à procura de ouro. Em 1722 Bartolomeu Bueno da Silva, enquanto buscava ouro, encontrou águas quentes que nasciam ao pé da Serra de Caldas (onde hoje se encontra Pousada do Rio Quente) que formava um rio de águas transparentes.

E nas margens, se acamparam e deram o nome de Caldas Velhas. Segundo Costa:

Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, descobriu as fontes principais de Rio Quente, mas não encontrando grandes riquezas em ouro seguiu para outros locais para fundar as primeiras povoações do Estado de Goiás, como o arraial de Santana, hoje Cidade de Goiás. (COSTA *apud* Elias, 2008, p. 76)

Em busca de riquezas minerais, o governo de Portugal, quis resguardar as águas quentes de Caldas Novas para explorar futuramente. Mas, um bandeirante paulista, Martinho Coelho de Siqueira (1777), vindo de Santa Luzia, hoje cidade de Luziânia, chega à região conhecida como Caldas de Santa Cruz. Os cães de Martinho Coelho de Siqueira se escaldaram nas águas quentes da Lagoa de Pirapitinga: “um lado de cento e oitenta palmos de comprimento por vinte de largura, cuja temperatura chega à da água fervendo”. (CORREA NETTO, 1918, *apud* TEIXEIRA NETO *et al*, 1986, p.17). A partir desse incidente, Martinho Coelho resolveu fixar residência na região com a intenção do aproveitamento econômico da estância hidrotermal.

Um dos fatores para que Martinho Coelho fixasse residência ali foi o ouro farto, nas margens do Córrego Caldas. As minas de ouro multiplicavam-se. Assim, apossou-se de um pedaço de terra de cerca de 40 km², na margem esquerda do Córrego Caldas e de toda a terra da margem direita, acima das nascentes. (COSTA, 2008, p. 78).

Durante duas décadas Martinho Coelho e seu filho Antônio Coelho de Siqueira com a ajuda de escravos, trabalharam na mineração do ouro até as reservas acabarem. Em 1842, Caldas Novas tinha cerca de 200 habitantes.

Em 1849 se inicia o processo de urbanização, com a demarcação dos terrenos e da praça, para o estabelecimento do arraial de Caldas Novas. No ano de 1923, Caldas Novas é elevada à categoria de cidade, revelando que as águas termais eram importantíssimas naquele momento da história. Assim Costa (2013) revela:

As porções desse território foram ocupadas de **maneira desigual**. O **espaço urbano** caracteriza-se desde os primórdios, pela heterogeneidade, tanto nos níveis de vida quanto nos credos e cultura. Imigrantes foram se estabelecendo na pequena vila, e esta começa **apresentar ares de cidade**. (grifos nossos), (COSTA, 2013, p. 80)

Sendo assim, a cidade de Caldas Novas é uma das cidades mais importantes do Estado de Goiás e tem o maior manancial hidrotermal do mundo. A primeira lei de condutas para o município era extremamente abrangente, e contemplava todas as possibilidades da época. A partir de então, não era permitido amarrar animais em praça pública, nem dar de

beber a esses animais. A preocupação com a pureza da água era muito presente, tanto que não era permitido mais lavar roupas em praça pública. Esse controle era tão rígido que foram contratados fiscais para zelar e aplicar multas (SOUZA, 2013).

Até os cães eram proibidos, de acordo com o Art. 126 da lei n. 2 de 1911:

Art. 126 – Todos os cães soltos nas ruas e praças das povoações que não estiverem açaimados serão mortos pelos fiscais. Também serão eliminados os cães que não tiverem o imposto animal pago por seu dono ou preposto ainda que estejam de açaimo. (livro de leis, 1911, p.32)

A segunda lei de condutas definia os limites do município, sua zona rural e o Distrito de Marzagão que ficou fazendo parte de Caldas Novas. E ainda no título II da lei n. 2 previa as infrações, às penas, multas e prisões. Em seus 285 artigos, tratava da construção de prédios, alinhamento das ruas, calçamento, e previa ainda a reedificação das casas que tivessem fora do alinhamento do código de posturas do município, que obrigava as casas a possuírem telhas de barro, e proibia construções de qualquer material abrasivo. (SOUZA, 2013)

Essa mudança local deu oportunidades para a criação de vários segmentos de comércio para atender à nova cidade que passaria de vilarejo para uma cidade moderna. E todas essas mudanças trouxeram consequências em todas as áreas. Em especial à saúde, e aos profissionais que dela viviam. O conjunto de lei de 1911, no capítulo IV art. 201, tratam da saúde pública.

Art. 201 – É proibido ter nos quintais, área e pateos nas povoações, depósito de lixo, águas estagnadas, matérias corruptas, ou corrompíveis, multa de 20\$000 e limpeza imediata a sua custa. (livro de leis, 1911, p.32)

Tamanha era a preocupação com a saúde, que existiam multas e interdição para quem descumprisse as normas. Essa “higienização” dos habitantes locais, era para “colaborar com a limpeza” da cidade e receber os futuros visitantes/turistas, seja por motivo de doenças ou por lazer. Na verdade, era uma remodelação, *“uma mudança do campo para cidade, seria necessário retirar o ar campestre, mas mantendo-se o ar bucólico”*. (SOUZA, 2013).

A cidade se expandiu, principalmente depois da década de 1980, sem nenhuma lei que regulamentasse ou monitorasse essa expansão, e como consequência disso, principalmente no perímetro urbano, não existe áreas verdes, áreas públicas de lazer, de circulação de pessoas e veículos, principalmente na alta temporada.

Junto ao crescimento econômico, vem o aumento da população. Em 1980 a população do município de Caldas Novas era de 9.800 habitantes e, no ano de 1991, aumenta para 24.900 habitantes, tendo um aumento aproximado de 154,1%, em menos de onze anos (IBGE, 2008). Na década de 1990, a prefeitura de Caldas Novas desenvolveu uma política de migração para fins eleitoreiros, e aconteceu um notável fluxo migratório, principalmente com pessoas vindas da região Nordeste.

E o maior fluxo migratório ocorre nos anos 2000 com aproximadamente 16.863 mil pessoas vindas do Nordeste (Maranhão) e, em 2005, começa a surgir o migrante de Brasília.

Mas esse processo de urbanização trouxe consigo vários migrantes, que em busca de emprego e de uma vida mais digna, acabam fixando moradia na cidade. Porém, a especulação imobiliária os obriga ir para a periferia sem a mínima infraestrutura básica, que pudessem dar condições de moradia digna (COSTA, 2008).

Durante o século XX, houve uma crescente abertura de loteamentos em Caldas Novas. Assim explica Costa e Nishiyama:

[...] até a década de 1970, foram abertos 19 loteamentos, somente na década de 1980, quando as águas termais começam realmente a se firmar como turismo, foram 23. Na década de 1990 houve 35 loteamentos abertos e, na década de 2000, 49, mostrando um **crescimento desordenado** e avantajado do perímetro urbano de Caldas Novas. Em Caldas Novas, constatou-se que a **especulação imobiliária** e conseqüentemente, a **criação de loteamentos**, muitas vezes de **um dia para o outro**, faz com que a **urbanização não tenha parâmetros legais** [...] (grifos nossos) (COSTA, NISHIYAMA, 2012, p. 353)

É importante ressaltar que de acordo com Lei n. 6.799/79, os loteamentos devem possuir infraestrutura básica como energia, rede de água, de esgoto, asfalto, iluminação pública etc., além de uma localização que permita o acesso a outros bens e serviços.

Caldas Novas além de ser um centro econômico por causa do turismo, o município ainda abriga uma organização espacial não planejada, e esta é a causa principal de desequilíbrio ambiental, e a expansão urbana na cidade não tem um estudo planejado, sendo um prato cheio para a especulação imobiliária.

Caldas Novas tem um déficit habitacional de aproximadamente de 1.300 famílias que vivem de aluguel ou em situação de coabitação⁵. E se agrava ainda mais pelo fato de o município ser um complexo turístico, com poucos imóveis disponíveis aos moradores da cidade para locação de moradia, uma vez que os imóveis em sua maioria são alugados somente em época de temporada por valores altíssimos. (PTS, 2013)

No ano de 2003, a cidade de Caldas Novas é marcada pelo desenvolvimento do Plano Diretor Urbano. Com propostas inovadoras com o conceito de “desenvolvimento sustentável” ou “inclusão social”, mas segundo alguns estudiosos, esse Plano Diretor não está sendo capaz de monitorar o desenvolvimento sustentável principalmente no perímetro urbano.

4- O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NA HABITAÇÃO

O Assistente Social começou a ser inserido na habitação em 1996, recebendo o cargo de Técnico Social, habilitados a trabalhar com profissionais da habitação. “A inserção

⁵ O IBGE considera, que dois ou mais núcleos familiares morando no mesmo domicílio constituem famílias distintas, isto é, **coabitação de famílias**, sendo parentes ou não. (IBGE, 2006)

do Serviço Social passa a ser relevante a fim de desenvolver um trabalho de promoção social a partir do envolvimento dos próprios usuários no desenvolvimento do projeto” (CUNHA, 2010).

Todo programa de interesse social financiado pela Caixa Econômica Federal tem que manter um trabalho técnico social com as famílias participantes. Para isso, a CEF criou um Caderno de Orientação Técnico Social (COTS), para que as equipes técnicas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e outras instituições trabalhem de acordo com o que foi estruturado.

O Trabalho Técnico Social colabora na correta apropriação e uso dos imóveis como nos sistemas e melhorias implantados promovendo a mobilização e participação social através de atividades socioeducativas e ações direcionadas à geração de trabalho e renda, educação sanitária, ambiental e patrimonial. Sendo assim, o Trabalho Técnico Social é:

O conjunto de ações que visam promover a autonomia e o protagonismo social, planejadas para criar mecanismos capazes de **viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens/serviços**. Adequando-os às necessidades e à realidade dos grupos sociais atendido, além de **incentivar a gestão participativa** para a sustentabilidade do empreendimento. (grifos nossos), (COTS, 2013, p.04)

As diretrizes para elaboração e implantação do PTTS são alicerçadas pelo Ministério das Cidades, cabendo à CEF dar assistência aos entes públicos na formulação e implantação dos projetos bem como, acompanhar e atestar sua execução.

O principal instrumento de monitoramento das atividades desenvolvidas do PTTS é o Relatório de Acompanhamento, pois comprova a realização de atividades para fins de liberação de recursos, e a composição do relatório se faz pela: ata, pela lista de chamada e por registros fotográficos.

O trabalho técnico social na habitação tem a autonomia para desenvolver ações, mas é claro, dentro da legislação vigente de acordo com o município. Mesmo que o assistente social seja amparado pelo Projeto Ético Político, o Código de Ética, ele é um trabalhador assalariado e como tal depende do trabalho para se sustentar. E está sempre no meio das tensões e relações de forças das instituições, sejam públicas ou privadas.

O trabalho técnico social acontece em 3 (três) fases: a pré-obra, que acontece desde a assinatura do compromisso; durante as obras, pois abrange toda a produção física do empreendimento, e o pós ocupação, que corresponde à apropriação das benfeitorias. Se entendermos o PTTS para fins didáticos, ele se daria em 3 (três) etapas: planejamento, implementação e avaliação. Mas a implantação deste tem caráter processual, portanto, desenvolve ações que seguem 3 (três) principais eixos de intervenção: mobilização e participação comunitária; educação ambiental, sanitária e patrimonial; e geração de trabalho e

renda. O Manual de Instruções de Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, traz as seguintes orientações:

3. O Coordenador, que será **Responsável Técnico** pela execução **do Trabalho Social**, deverá compor o quadro de servidores do Ente Público, ter graduação em nível superior, **preferencialmente em Serviço Social** ou Sociologia, com experiência de prática profissional em ações socioeducativas em intervenções de habitação. 3.1 Entendem-se por ações socioeducativas, orientações reflexivas e socialização de informações realizadas por meio de abordagens individuais, grupais ou coletivas ao usuário, família e população. (grifos nossos), (BRASIL, 2014)

O principal componente dos projetos efetuados pelo trabalho social é a participação popular. Ela vai além das etapas do projeto habitacional, essa participação, dá forças para a gestão democrática das cidades e tira a exclusividade do poder público, as decisões sobre os futuros moradores. Para viabilizar a participação popular é necessário socializar com os moradores informações sobre a execução do projeto ao qual a comunidade foi contemplada.

À finalização da intervenção, encaminha-se o Relatório Final, com a sistematização dos resultados obtidos e a avaliação do processo realizado pela população e pela equipe técnica.

5- AVALIAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO

Durante todo o processo de execução do P.T.T.S., a equipe técnica social realizou reuniões internas para planejamento, organização, monitoramento e avaliação do trabalho desenvolvido, estimulou a população a interagir com o empreendimento. E foi gerado mensalmente um Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, relatando as ações desenvolvidas no período e os resultados obtidos.

Os procedimentos metodológicos neste projeto foram permeados na cooperação, participação e envolvimento de todo o grupo que gerou ações com enfoque participativo que estabeleceu relações de horizontalidade e parceria entre a população e equipe de trabalho, e incentivou a organização comunitária, através de visitas para aproximação e conhecimento da realidade e das expectativas da comunidade, e contemplou os aspectos físico, social e ambiental do empreendimento.

Nos 03 (três) eixos do projeto – MOC (Mobilização e Organização Comunitária), ESA (Educação Sanitária e Ambiental) e GTR (Geração de Trabalho e Renda) – através do trabalho social desenvolvido, foram atendidas as expectativas da comunidade a partir do desenvolvimento de relações transparentes e horizontais. Através da gestão participativa que foi bastante estimulada e aprofundada, com isso, estreitou as relações de parceria e solidariedade entre a equipe técnica e a comunidade.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou explicar e compreender a dinâmica da expansão urbana, sendo essa, ligada à história do homem. E de uma forma crítica, ser capaz de contribuir com a discussão sobre planejamento urbano.

A urbanização de uma sociedade dá origem a uma rede urbana, isto é, um sistema integrado de cidades que vai das pequenas cidades às metrópoles. O rápido crescimento da população nas cidades não foi acompanhado pelo crescimento industrial, fato que gerou o desemprego e criou o subemprego, essas situações se agravam, pois eliminou pessoas de seus trabalhos substituindo-as pelos sistemas tecnológicos. A falta de planejamento favorece o crescimento desordenado e proporciona cidades onde a qualidade de vida fica a desejar.

Por outro lado, existem áreas centrais nas grandes cidades que possuem excelente infraestrutura urbana, porém, por serem áreas utilizadas prioritariamente ao comércio e por falta de conservação, investimentos em melhorias de reparação dos imóveis e políticas habitacionais apropriadas tornam-se inadequadas para o uso residencial.

Uma das diretrizes no Plano Diretor de Caldas Novas é a de buscar a qualidade de vida urbana, que propicie uma cidade com qualidade de vida e que disponibilize acesso aos serviços públicos, (CALDAS NOVAS, 2010). O uso e ocupação do solo em Caldas Novas foi ocupado sem ordem, e não foi levada em consideração a fragilidade do planejamento que foi feita de maneira insatisfatória, e os problemas de expansão urbana são visíveis e que também geram prejuízos para o setor público e privado.

No decorrer desse trabalho observei que realmente é preciso que o poder público intervenha de forma a impor normas, e elaborar um planejamento com a participação da população. Atualmente Caldas Novas é uma cidade com muitas desigualdades quanto aos espaços construídos. E um dos principais problemas é a intensa exploração do solo urbano em decorrência da verticalização decorrente do intenso turismo.

O plano diretor é um instrumento que delega ao poder públicas a efetivação da política de desenvolvimento e expansão urbana, e objetiva as funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos cidadãos, levando em conta as restrições e as potencialidades do município.

Mas, sabemos que são muitas as dificuldades que impedem o Estado de garantir moradias dignas, como a falta de recursos específicos para a área de habitação, os conflitos entre as entidades públicas, a pouca atenção às verdadeiras necessidades da população, sem contar com a supervalorização imobiliária.

Neste sentido, a atuação do assistente social na política habitacional pressupõe a uma concepção de política emancipadora, que possibilite aos indivíduos, a efetivação de direitos, o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades.

Enfim, ao observar o espaço construído, o assistente social precisa fazer uma análise em perspectiva da totalidade, ou seja, dar ênfase aos sujeitos que constroem e modificam o espaço, mas que às vezes, é impossibilitado de usufruí-lo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. *Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996*. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: Subsídios para reflexão*. Brasília, 2016.

CORREA-NETO, O. As águas termais de Caldas Novas. In: ORIENTE, T. (org.) *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 6. ed. Goiânia, Ed. Oriente, 1982, p.69-100.

COSTA. Rildo Aparecido. *Zoneamento ambiental da área de expansão urbana de Caldas Novas (GO): procedimentos e aplicações*. 2008, 204 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

_____; NISHIYAMA, Luiz: *Zoneamento Ambiental das áreas urbana e de expansão urbana de Caldas Novas (GO): Uma contribuição metodológica*. Departamento de Geografia, Curitiba, 2012.

CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha. OLIVEIRA, Simone Barros de. *A diversidade de atuação do serviço social: desvelando o processo de trabalho*. Porto Alegre: Faith, 2010.

IBGE. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia - *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Estudos & Pesquisas, Nº 20. Tendências Demográficas: *Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000*. Rio de Janeiro, 2007. In: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv34956.pdf>>

MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2008.

P.T.T.S. – Projeto de Trabalho Técnico Social - Residencial Lagoa Quente II, Caldas Novas (GO), 2013.

ROLNIK, Rachel. *Direito à Moradia versus Especulação Imobiliária*. Revista Caros Amigos, São Paulo, p. 12.17, 2011.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993. 173 p.

SOUZA, Sandro de. O projeto das águas: *Caldas Novas uma cidade-balneário – educação, saúde, trabalho e lazer no projeto transformador – 1910 a 1950*. 2013, 202 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Educação.

TEIXEIRA NETO, A. et al, *Complexo termal de Caldas Novas*, Goiânia: UFG, 1986.